



## **A EXPERIÊNCIA COLATERAL E SUA IMPORTÂNCIA PARA A SEMIOSE TELEJORNALÍSTICA**

**Aline M. Grego Linz**

Universidade Católica de Pernambuco

**Resumo:** O objetivo do presente trabalho é procurar analisar o papel da Experiência Colateral conceito introduzido por Charles Sanders Peirce em sua teoria Semiótica e as implicações dessa Experiência Colateral, ora também denominada por ele de Observação Colateral, na semiose e no processo comunicativo telejornalístico, constitui-se no objetivo central do presente trabalho. No telejornalismo, freqüentemente, são flagradas notícias que geram outras notícias, que denominados de semiose jornalística.

**Palavras-Chave:** Telejornalismo, Semiose, Experiência Colateral.

A Semiótica de C.S. Peirce revela a capacidade criadora dos signos para gerarem outros signos. Esse movimento, considerado infinito, porque busca um ideal, uma verdade, é um processo constante de geração, interpretação e expansão de signos, uma semiose. A semiótica peirceana aponta a relação triádica: signos – objeto e interpretante, como sendo fundamental para a compreensão da produção sígnica. O signo é a mediação entre o objeto e o interpretante, isto é, a mediação entre o que gerou o próprio signo (o objeto) e o efeito que esse signo produz (o interpretante). O signo é o que vai levar a uma Mente, que segundo Peirce não é necessariamente humana, algo do exterior, o signo está justamente no lugar desse algo, o objeto, e irá provocar um efeito num intérprete. Esse efeito é o que Peirce denomina de interpretante, que ele também é um signo. (Peirce, 1992, CP.1339).

Assim como a tríade é importante na semiose, esta, por sua vez, é importante no processo comunicativo. Ao reconhecer que semiose é a forma de agir dos signos, o modo como eles são interpretados, parece ser pertinente lembrar Joseph Ransdell (1977), para quem a concepção peirceana de semiose revela um processo interpretativo, processo esse que, teoricamente, é também característica do processo de comunicação. Pergunta Ransdell: “o que é comunicação se não a produção de signos para serem interpretados?” (1977:171).



Gerar interpretante significa gerar outros signos, na verdade a autogeração de signos só ocorre porque existe essa capacidade no signo de gerar interpretante. É preciso, entretanto, não confundir interpretante com interpretação, uma vez que o interpretante é o efeito que o signo produz, e não uma interpretação qualquer que um intérprete possa dar ao signo.

Entretanto, em relação ao objeto, o próprio Peirce aponta uma outra maneira para acessá-lo, além, é claro, do que já é fornecido pelo próprio signo, esse outro modo foi o que Peirce denominou de Experiência ou Observação Colateral. Mas o que vem a ser o objeto do signo? O signo representa o objeto, mas não é o objeto. Existe, por isso mesmo, uma grande diversidade entre ambos. É em função dessa diversidade que Peirce introduz a noção de Experiência Colateral. (Santaella, 1995). Ela funciona não apenas como um outro caminho para acessar o objeto, mas, atua também como uma espécie de garantia, de segurança, ou melhor, de limite e controle dessa diversidade.

David Savan (1977), considerado um dos principais intérpretes da obra peirceana, afirma que para Peirce “o objeto é o ambiente empírico ao que temos conhecimento colateral, independentemente da ação do Signo. É o contexto, as circunstâncias, a situação que é compartilhada pelo signo e pelo interpretante”. (Savan, 1977:190). O próprio Peirce esclarece que “para conhecer o Objeto, o que é preciso é a experiência prévia desse Objeto Individual”. (Peirce, CP 8.181).

## **EXPERIÊNCIA COLATERAL**

Peirce denomina de experiência colateral ao que apelamos como conhecimento necessário para entender, completar e fortalecer a compreensão da relação objeto e signo. Colateral é o que está ao lado, paralelo, mas pode significar, também, o que está numa cadeia, numa série ou numa linha, não necessariamente reta. (Holanda, 1986:428). Na Semiótica, explica Peirce:

“como Observação Colateral não quero dizer intimidade (familiaridade) com o sistema de signos. O que assim é inferido não é colateral, pelo contrário, constitui o pré-requisito para conseguir qualquer idéia significada do signo. Por Observação Colateral quero referir-me à intimidade prévia com aquilo que o signo denota”. (Peirce, 1992, CP- 8.179).



Ou seja, a experiência colateral diz respeito ao que está fora do signo, ao que está fora do interpretante, mas que pode ajudar na “interpretação”, por parte do intérprete, desse interpretante, conseqüentemente, do signo e de seu objeto. Isso ocorre porque, apesar de ser um efeito produzido pelo signo, o que de fato o interpretante procura atingir é o objeto. (Santaella, 1995).

Mas como é possível garantir ao interpretante que o objeto ao qual ele se refere é o mesmo objeto que o signo representa? Segundo Santaella (1995), Peirce apontou três níveis de segurança: o do instinto, isto é, do universo das qualidades, fornecido, por exemplo, pelos sentimentos. O segundo nível de segurança seria fornecido pela experiência colateral e o terceiro nível seria o da forma. O que vai interessar neste trabalho é o segundo nível de segurança, a experiência colateral. David Savan (1977) chegou a sugerir que esses signos que fornecem segurança, via experiência, fossem denominados de empíricos, o que parece justo, uma vez que a palavra empírica é aplicada ao que tem origem na experiência. Ainda para Savan, o objeto que determina o signo está inserido num contexto e, esse signo, por sua vez, determina o interpretante que, em alguns casos, para se produzir num determinado intérprete, poderá requerer desse intérprete um conhecimento colateral.

Tentando explicitar melhor a mediação do signo com o objeto e o interpretante e, conseqüentemente, a presença de uma semiose, Peirce apresentou três divisões para objeto e interpretante: de um lado estão os relacionados ao que acontece dentro do próprio fundamento do signo, isto é, internamente no signo, e do outro estão os relacionados ao que acontece externo ao signo, mas que o determina. Assim ele denominou de objeto e de interpretante imediato, aos objetos e interpretantes representados no signo, ou seja, ao modo como eles se apresentam, como eles existem no interior do signo. E chamou de objeto e interpretante dinâmicos, o que está fora do signo, mas que o determina (objeto) ou é conseqüência dessa determinação (interpretante).

Entretanto, é no campo do objeto e do interpretante dinâmicos, e mais especialmente do objeto dinâmico, que Peirce deu mais ênfase a importância da necessidade da experiência colateral. É preciso antes esclarecer que o objeto dinâmico seria, na verdade, o objeto real, aquele, portanto, que o signo representa, mas cuja representação nunca é completa. Para Peirce o objeto dinâmico é apenas indicado pelo signo, uma vez que, por sua própria natureza, o signo não consegue expressá-lo totalmente (Peirce, CP 8.314). Dessa forma, ele deixa de



um certo modo para o intérprete a tarefa de descobri-lo, ou pelo menos parte dele, através da experiência colateral.

Para que um signo possa ser interpretado, isto é, para que o representamen<sup>1</sup> possa ser um signo, é necessário que seu intérprete tenha um conhecimento colateral do objeto (ou dos objetos) do signo. Este conhecimento é resultado da experiência, o que corresponde a um estado cognitivo resultante, em última análise, da percepção. (Peirce, MS 675).

Assim, não sendo o signo o objeto em si, mas uma representação, ele acaba sendo marcado, quase sempre, pela vagueza e pela generalidade que poderá ser reduzida através da experiência colateral. Um signo é vago “à medida que, deixando sua interpretação parcialmente indefinida, ele reserva a algum outro signo ou experiência possível a função de compreender sua definição”. (Serson, 1997:81). A experiência colateral do objeto, assim, contribuiria para diminuir, em parte, esse grau de generalidade e de vagueza que acompanha o signo, uma vez que estaria reduzindo o campo de diversidade.

Nesse processo, então, a experiência colateral desenvolve o papel de um complemento, um elemento a mais em busca de objetos e interpretantes “ideais”, justamente tentando suprir as carências colocadas pela generalidade apresentada pelo signo, que consegue representar apenas uma parte, um aspecto do objeto e não o todo. Para Savan (1977:17), por exemplo, o contexto é o meio através do qual “alguma coisa, o objeto, que faz o signo verdadeiro ou falso, correto ou incorreto, pode ser identificado”, ou seja, ele acredita que é por meio desse contexto que o signo se liga ao objeto e ao(s) interpretante(s) que está(ao) colateralmente relacionado(s). Através do contexto presente nessa relação o signo é capaz de fornecer informações, para um intérprete, sobre o objeto, além, claro, do seu interpretante. Mas essas informações não dependem só do signo em questão, ela é fruto, também, de informações anteriores, de uma experiência sobre o objeto “adquirida colateralmente, de algum modo, provavelmente por meio de diferentes signos anteriores”. (Savan, 1976:16).

---

<sup>1</sup> Peirce afirma: “Eu utilizo as duas palavras signo e representamen de maneira diferente. Por signo, entendo tudo o que comunica uma noção definida de um objeto de algum modo [...] defino representamen como sendo aquilo que a análise se aplica. Em consequência, se eu cometer um erro de análise, uma parte do que eu afirmo sobre os signos será falsa.”. (Peirce - CP 1.540 - 1903, apud Serson (1997:72)



Se uma das razões da experiência colateral, reconhecem alguns dos intérpretes de Peirce<sup>2</sup>, é o de permitir uma outra forma de acesso ao objeto, além da já fornecida pelo próprio signo, e levando em consideração que a tríade apresentada por Peirce, ou seja, Objeto - Signo - Interpretante, não é composta por elementos que existem de forma separada, estanque, mas funcionam em conjunto, como movimento, e levando em consideração, também, que essa tríade é que possibilita a existência da semiose, devemos concluir que a experiência colateral torna-se igualmente importante, não só para o acesso ao(s) objeto(s), mas para a fecunda existência da própria semiose. Ela também será garantida por informações, muitas vezes anteriores ao próprio signo, e desencadeadoras de novos signos. Aliás, as experiências colaterais, são elas mesmas também reveladas através de signos.

Jonh Deely (1990) fornece um bom exemplo sobre a importância da experiência colateral para um processo de reconhecimento de significação de um signo. Ele nos convida a supor que um jardineiro qualquer encontre um pedaço de osso (um fóssil), bastante conhecido pelos paleontólogos especializados no Pleistoceno. O jardineiro, entretanto, não reconhece nesse pedaço de osso um fóssil de importância científica e pode mesmo confundi-lo com uma pedra comum e até jogar no lixo. Mas Deely pede-nos para supor que nesse momento um paleontólogo, perito em Pleistoceno, se aproxima do jardineiro e pede para examinar esse achado. Segundo Deely, o paleontólogo só se preocupa em examinar o fóssil porque, no fundo, ele detém um vislumbre de suspeita, um traço de reconhecimento, ou seja, o conhecimento do paleontólogo sobre o Pleistoceno foi a experiência colateral necessária para que a possível “pedra” pudesse ser reconhecida, por ele, como fóssil.

## **EXPERIÊNCIA COLATERAL E A SEMIOSE TELEJORNALÍSTICA**

Se no processo comunicativo interno de uma relação signica, a experiência colateral revela-se importante, o que dizer do processo comunicativo desenvolvido pelas diversas linguagens que permeiam e habitam o nosso mundo plural? Nas comunicações humanas, por exemplo, a experiência colateral apresentada pelos intérpretes mostra-se, muitas vezes, fundamental à compreensão de um processo signico. Ela não só economiza tempo nessa

---

<sup>2</sup>Ver: Ransdell, J. (1977); Savan, D. (1977); Santaella, L. (1995)



comunicação, uma vez que não se torna necessário repetir ou evocar uma série de signos, porque o comunicador parte do pressuposto que o intérprete é portador de uma certa experiência, o que agiliza e torna mais claro o processo comunicativo.

Ele exigirá dos atores envolvidos no processo não só o domínio do sistema de signos, o que Peirce considera pré-requisito para que seja possível compreender a idéia mesmo de significado dos signos, mas vai exigir ainda desses atores conhecimentos colaterais compartilhados, relação esta que se aproxima da noção de Repertório<sup>3</sup> introduzida pela Teoria da Informação.

Um signo como uma palavra, por exemplo, só será capaz de possuir “um significado para nós, na medida em que somos capazes de utilizá-la para comunicar nosso conhecimento a outros e na medida em que somos capazes de apreender o conhecimento que os outros procuram comunicar-nos” (Peirce, 1992, CP 8.176), muitas vezes esse significado só é possível de ser apreendido se intérprete e emissor compartilham de interpretantes e experiências colaterais comuns. “Do mesmo modo que uma designação não pode denotar nada a não ser que a mente interpretadora esteja familiarizada com o que ela denota” (Peirce, 1992, CP 8.368).

Privilegiando a visão semiótica<sup>4</sup> sobre a notícia, na medida que a identificamos como um signo e, também, como produtora de semiose, entendemos que ela se desenvolve em dois sentidos: como sendo conseqüência da geração de signos sobre um determinado fato; e como produtora de novos signos, conseqüentemente, de novas semioses, que vão se estabelecer no interior do discurso jornalístico e na recepção da notícia, revelando-se um processo intenso e complexo, gerador de signos *ad infinitum*.

No telejornalismo, frequentemente, são flagradas notícias que geram outras notícias. São signos que dão continuidade a um evento, ou melhor, a representação de um determinado evento, mas que podem, também, gerar novas notícias e, portanto, novos signos. Jesus Requena defende que o discurso informativo é uma construção de relações, que visa tornar os acontecimentos inteligíveis, na medida em que adota nessa escritura o encadeamento temporal-causal. Nesse encadeamento, afirma, “*os fatos escolhidos como os excluídos são significativos*” (Requena, 1989:29).

---

<sup>3</sup> “Entende-se por repertório uma espécie de vocabulário, de estoque de signos conhecidos e utilizados por um indivíduo”.(Coelho Neto, 1996:123)

É claro que essas exigências são mais rigorosas quando estão em jogo processos comunicativos mais complexos. Por exemplo, a incompletude ou indefinição de um signo pode interferir na produção da semiose, quer para a progressão ou regressão da mesma. Alguns processos comunicativos, entretanto, são tão simples ou tão usuais, cotidianos, que dispensam grandes esforços. Desejar um bom dia para uma outra pessoa é um desses exemplos. Mas nem sempre nossa comunicação é tão simples ou tão indicial. Muitas vezes ela vai exigir mais esforços para ser compreendida, vai exigir mais empenho para que a rede sónica possa ser estabelecida.

A natureza dos signos desafia-nos a responder contínuas indagações, ressalta David Savan (1977:188), para quem a semiose apresenta-se como “*um diálogo de questões*”, que estamos sempre procurando responder, mas que dificilmente atingimos a resposta final, ou pelo menos, a resposta ideal. A experiência colateral, por vezes, nos ajuda nesse caminho (claro que aqui é necessário levar em consideração a referência a semiose de signos genuínos, ou seja, aquela na qual o interpretante passa por todos os estágios rumo a um interpretante final, ideal) uma vez que existem casos, e esses são inclusive os mais freqüentes, de signos que não exigem nem do interpretante, nem do intérprete, grandes esforços para serem compreendidos. Os índices<sup>5</sup>, de um modo geral, são signos que se enquadram nessa situação.

A experiência colateral garante o elemento segurança, ressaltado por Santaella (1995), através do qual é possível diminuir o grau de diversidade existente entre objeto e signo, uma vez que por meio de informações colaterais, pelo ambiente empírico que envolve o signo (Savan, 1976), interpretantes e, sobretudo, o intérprete, terão mais de uma fonte, além do próprio signo, para buscar a representação do objeto. Fica claro, desse modo, o papel do intérprete na utilização dessa experiência. Baseado nesse elemento a mais, nesse conhecimento em relação ao objeto, ele terá mais chances de evitar interpretações equivocadas.

A experiência colateral destaca-se, desse modo, em dois níveis: na semiose porque ela não é só produto, mas também produtora de novos signos. E na comunicação, porque o próprio universo do processo comunicativo requer, como pré-requisito, a existência de

---

<sup>4</sup> Ver Henn, 1996; Alsina, 1989; Marrone, 1998 e Requena, 1989.

<sup>5</sup> Segundo Peirce, “um Índice é um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de ser realmente afetado por esse Objeto...Na medida em que o Índice é afetado pelo Objeto, tem ele necessariamente alguma Qualidade em comum com o Objeto, e é com respeito a estas qualidades que ele se refere ao Objeto. (Peirce, 1992, CP2.248)



repertório(s), de contextos para sua existência, nesse aspecto a experiência colateral torna-se imprescindível. Um exemplo rico dessa atuação pode ser encontrado nos meios de comunicação, de massa ou não, e mais especialmente nos processos de comunicação jornalísticos, em que informações, transformadas em signos notícias, são resultado não só da capacidade de representar o presente, o atual, criar signos que contemplem essa contemporaneidade, mas de compreendê-lo, também, a partir de outros signos, de outros objetos, muitas vezes anteriores, mas que através da experiência colateral que ambientam o contexto desse signo, podem ser, quando necessário, atualizados. Aí esteja, talvez, o elemento mais enriquecedor desse processo.

No caso do telejornalismo as experiências colaterais são determinantes para a existência de um processo comunicativo ágil e eficiente. Esse não é um caráter apenas do jornal televisivo, mas do jornalismo de um modo mais geral. Essas experiências constituem um campo propício para o compartilhamento de interpretantes sógnicos possivelmente comuns entre jornalistas e leitores e/ou espectadores.

Na construção do processo jornalístico, no interior das redações, esse repertório comum é evidenciado, inclusive, através de alguns documentos. Uma pauta jornalística, por exemplo, um documento produzido pela equipe de retaguarda da redação (apuradores e pauteiros) para auxiliar o repórter na feitura da reportagem, expõe as observações, informações colaterais, que dão acesso a referências que estão justamente fora do interpretante, que determina o signo notícia, mas que carrega, no entanto, os elementos necessários para que o acontecimento, o fato, possa ser abordado pelo repórter. *“O que aparece a mais na pauta, tanto em termos de regras, como informações de contextualização da ocorrência, são observações colaterais”* (Henn, 1996:95).

Observe a pauta a seguir:

---

### **PAUTA VILA DAS MULHERES/ABANDONO**

**Data: 28.01.98**

**Hora: 9h30m**

1º. Local: Vila das Mulheres Pedreiras, Peixinhos. Acesso: terminal do ônibus, depois do Banco de Material da Cohab, fica na rua Mariano Teixeira.

Contatos: Presidente da Associação de Mulheres, Telma Maria da Silva. Fone: 241.9578 ramal 22 .

Local: Companhia de Habitação Popular – Cohab. E o Assessor do Desenvolvimento Comunitário, Luiz Gonzaga Carvalho. Fone 241.1836

---

A Vila das Mulheres Pedreiras é um projeto da Federação das Mulheres de Pernambuco, desenvolvido em parceria com a Cohab. Vamos mostrar a situação de 24 das 78 famílias que compõem o projeto e que ainda não conseguiram construir suas casas por falta de liberação de material por parte do governo do estado. O projeto Vila das Mulheres Pedreiras foi considerado, pela Organização das Nações Unidas - ONU, um modelo de solução na tentativa de acabar com o déficit habitacional. Apesar deste aval, o projeto está passando por dificuldades, uma vez que parte das mulheres envolvidas nele ainda não foram beneficiadas. Vamos mostrar qual a situação hoje vivida por essas mulheres, ouvir suas reivindicações, o estado que se encontra a Vila, porque, infelizmente, a falta de material para construção das casas não é o único problema. Hoje as famílias já instaladas na Vila, que fica no bairro de Peixinhos, em Olinda, sofrem com a falta de saneamento básico e de asfalto nas ruas. Além disso, os carteiros não entregam as correspondências e os moradores precisam se deslocar para a central dos Correios mais próxima. A personagem da nossa matéria será dona Luzia, ela é uma das 24 mulheres que trabalharam duro na construção das outras 54 casas, mas ainda está a espera da construção da sua própria casa. Atualmente Luzia mora com a família na casa de uma vizinha, na própria Vila. Além do pessoal da Vila das Mulheres, vamos também ouvir a Cohab e cobrar deles o que está acontecendo com este projeto, Esta matéria volta para o Jornal do Meio Dia de hoje. Bom Trabalho.

---

**Fred**

Nessa pauta é possível verificar que o fato representado pelo signo notícia o Abandono da Vila das Mulheres Pedreiras é o objeto que se pretende atingir. Outras informações, como por exemplo, que pessoas serão entrevistadas, os contatos realizados para a realização da matéria, bem como outros signos contextualizando o signo Abandono da Vila das Mulheres Pedreiras, constituem-se as experiências colaterais produzidas, coletivamente, pela redação para o repórter. No texto a seguir é possível verificar como parte das informações que estavam contidas na pauta foram aproveitadas pela repórter no *off* (texto) da sua reportagem:

### **Transcrição do texto da repórter**

Off: O trabalho foi considerado pela ONU (Organização das Nações Unidas) como modelo de solução para o déficit habitacional no mundo: uma vila com 54 casas construídas por mulheres. Elas fizeram curso de pedreira, a Cohab entrou com todo material e, no início de 95, elas colocaram a mão na massa, enquanto os maridos tomavam conta dos filhos. O resultado veio no mesmo ano, quando elas se mudaram para cá.

Passagem: Mas o sonho não se concretizou para todo mundo. 24 mulheres que participaram de todo o processo ainda não têm onde morar. A casa que deveria ser delas ainda não saiu da base.

*(Fala Edilma)*

Off: O Banco de materiais de construção da Cohab não envia nada há mais de 1 ano. O mato já cresceu no local, que hoje tem aspecto de abandono. Dona Luzia de Oliveira vive um pesadelo. Ela ajudou [a construir aguarda] na construção da vila desde o começo, hoje mora de favor no quarto de uma amiga. Emocionada, ela só pensa em ter um lugar só dela para morar com a filha.

*Sonora: Luzia Maria de Oliveira*



*Off:* Márcia Durack mora com os 8 filhos e o marido na casa que construiu, mas não se conforma com a situação das amigas sem teto.  
sonora: Márcia Durack - *Final da fala é bom*  
*Off:* As mulheres pedreiras se queixam da infra-estrutura da obra. O esgoto corre a céu aberto, e as canaletas estão entupidas.  
sonora: Sônia Vasconcelos (vice-pres. da Assoc. das Mulheres Pedreiras) Cohab (Luiz Gonzaga Carvalho - *cargo na fita*) (2.º. *off*)

Entre os dados aproveitados pela reportagem está a informação de que A Vila das Mulheres Pedreiras é considerado pela ONU um modelo de solução para o déficit habitacional. Esta mesma informação, como se pode ver, na página a seguir, foi reutilizada pelo editor na produção do texto (cabeça de matéria) a ser lido pelos apresentadores do telejornal, chamando a exibição da reportagem, configurando, assim, uma espécie de reaproveitamento sígnico noticioso redacional, isto é, uma semiose interna ao processo da redação telejornalística.

JORNAL 1ª EDIÇÃO		VILA DAS MULHERES ABANDONO
TEMPO VT: 2'02"	RHAL(V)	PARECE MENTIRA, MAS NÃO É: UM PROJETO PIONEIRO, DESENVOLVIDO EM PERNAMBUCO, CONSIDERADO MODELO PELA ONU, ESTÁ PARALISADO.
IMAGENS IVANILDO ARAÚJO BIANCA CARVALHO REPÓRTER LUIZA DE OLIVEIRA Pedreira MARCIA DURACK Pedreira LUIZ GONZAGA CAVALHO Diretor da Cohab	GRAÇA (V)	É O PROJETO DAS MULHRES PEDREIRAS, AQUELAS QUE COLOCARAM A MÃO NA MASSA PARA CONSTRUIR SUAS PRÓPRIAS CASAS.  <i>RODA VT</i>  DF: “PROSSEGUIMENTO AO PROGRAMA, NÉ?”



A noção de experiência colateral como elemento de segurança nos parece particularmente importante para a questão do processo telejornalístico, uma vez que ela redundará na economia mesmo de signos e, como consequência, na otimização do processo comunicativo, uma vez que não se torna necessário repetir ou evocar uma série de signos, porque já se parte do pressuposto que o espectador é portador de uma certa experiência, conhecimento, o que agiliza e torna mais claro, digamos assim, esse processo.

Mas a economia de signos tentando evitar a redundância vai significar, em alguns casos, ausência de informações, muitas vezes necessárias, mesmo quando implicam em repetição. Mais uma vez é aqui pinçado um exemplo de um telejornal.

A cabeça da matéria informa que “os acusados pelos assassinatos da empresária Maristela Medrado e da socióloga Marta Mota prestam depoimento no Juizado da Infância e da Juventude. A sentença dos menores acusados pode sair dentro de dez dias”. O texto parte do pressuposto que todos já sabem que Maristela e Marta foram assassinadas (sem dizer quando) e que haviam menores envolvidos nesses assassinatos. O editor da matéria e autor desse texto conta, então, com a experiência colateral do telespectador sobre a notícia, que representa o objeto em questão. Outros detalhes dessa notícia vão aparecer no *off* da repórter:

### **Transcrição do texto da repórter**

OFF: Os assassinatos da empresária Maristela Medrado e socióloga Marta Helena Mota, no último dia 12, estarreceram a população e criaram um clima de pânico e revolta. 14 pessoas, são acusadas do crime, que foi precedido de assalto e estupro. Para a audiência de instrução e julgamento no Juizado de Infância e Juventude, foram trazidos primeiro os 6 acusados maiores de idade. Marcos Pedro, de 21 anos, e Willian da Silva, de 22, que participaram de uma reconstituição informal das mortes apresentavam tranquilidade. Em seguida, foram trazidos os quatro menores que estão sob custódia provisória em Paratibe. A imprensa não teve acesso aos depoimentos, mas o juiz Humberto Vasconcelos, que está coordenando o processo explicou que os menores foram ouvidos e hoje devem prestar depoimentos, apenas, os 6 maiores que vão servir de testemunhas de representação.

sonora: Humberto Vasconcelos, juiz da Vara da Infância e da Juventude (*fala que eles assumem e fala da pena*).

sonora: Daniel Lima, advogado das famílias das vítimas.



OFF: O delegado de Homicídios, Hernandes Francisco, também esteve na audiência e adiantou que a reconstituição formal do Instituto de Criminalística ficou marcado para a próxima 5ª. feira.

Sonora: do delgado Hernandes

OFF: Familiares e amigos das vítimas estão acompanhando [todo o desenrolar] o caso. Eles formaram o Movimento Vida Livre, organizaram um abaixo-assinado e cobram justiça.

sonora: Patrícia Ramalho, amiga das vítimas, movimento vida livre 3 anos Polícia começa a ouvir o depoimento dos acusados dos assassinatos da empresária Maristela Medrado e socióloga Maria Helena. NOTA: próxima 5ª. feira, a nova reconstituição formal. O delegado de Homícídios, Hernandes Francisco

A repórter também conta com a possibilidade da informação colateral do telespectador, uma vez que ela relembra, apenas, a data em que ocorreram os assassinatos das duas mulheres e que os referidos crimes estarreceram a população pernambucana. No entanto a repórter não diz como foram praticados os crimes, nem onde eles aconteceram, porque parte também do pressuposto que os telespectadores já detêm experiências colaterais sobre este mesmo signo: o assassinato da empresária e da socióloga. Ela também fala que os menores estão sob custódia em Paratibe, supondo, portanto, que os telespectadores já sabem que um dos locais destinados à detenção de menores infratores, em Pernambuco, fica em Paratibe, um bairro do município de Paulista, que está localizado na Região Metropolitana do Recife.

Esse comportamento carrega em si um certo perigo, no que se refere ao propósito telejornalístico: a comunicação; o texto acima exemplificado, ainda que explore a redundância de alguns signos, como no caso do signo “*os assassinatos de Maristela Medrado...*”, desconsidera, em contrapartida, outros signos para compor a notícia que, na visão jornalística, seriam signos já do conhecimento do telespectador e, por isso mesmo, não necessitavam serem reforçados. Em casos assim, o relato noticioso produzido pelo telejornal corre o risco de não ser compreendido por todos os telespectadores.

Para que a comunicação da notícia, tomando ainda como exemplo o assassinato das duas mulheres, fracasse, basta que alguns telespectadores (e quando se fala em alguns em televisão, fala-se em centenas ou milhares) não estivessem na cidade durante o acontecimento e, conseqüentemente, não tivessem acompanhado as primeiras reportagens sobre o assunto, ou

simplesmente que não tenham gravado na memória, por várias razões, todos os elementos e informações sobre o caso. A ausência de tais signos pode representar, para o telespectador, uma lacuna na informação. Não é sem razão, por isso mesmo, que Gianfranco Marrone afirma que:

para poder compreender a notícia que o telejornal dá, não é suficiente ver e escutar só o telejornal, depois é necessário uma bagagem de conhecimento, constantemente em progresso, que outro telejornal, outra transmissão televisiva ou outro jornal impresso podem oferecer ao telespectador. (Marrone,1998:34)

É interessante observar, ainda, que a experiência colateral apresentada por um jornalista, sobre um determinado fato, poderá auxiliar na definição e seleção da cobertura deste acontecimento e, conseqüentemente, na produção da notícia. Por isso, mesmo reconhecendo que a experiência colateral pode produzir a economia de signos, nunca é demais lembrar que, no interior da produção de um telejornal, as experiências sobre um determinado acontecimento devem ser compartilhadas pelos diversos profissionais envolvidos na produção da reportagem.

Vamos supor que os apuradores, pauteiros e chefes de reportagem de uma determinada redação telejornalística deixassem de dar uma informação a um repórter sobre um fato que ele vai cobrir, porque presumiram que esse repórter já conhecia ou detinha tal informação. Imagine, por exemplo, que há dez anos especialistas da área da saúde haviam alertado às autoridades de uma capital brasileira X sobre o risco de uma epidemia de tuberculose naquela cidade, caso não fossem tomadas algumas providências. Tais especialistas apontavam causas, efeitos e soluções para o problema. Passados os dez anos, nada foi feito, e a cidade começou mesmo a enfrentar a epidemia.

Um repórter é designado, então, pela redação do telejornal para fazer a reportagem sobre a epidemia de tuberculose na capital X, entretanto, ele não dispunha das informações acima. Ora, mesmo que ele faça uma matéria tecnicamente correta, dando as informações sobre a epidemia, a exemplo do número de pessoas já infectadas pela doença, número de hospitalizados e até de possíveis óbitos, além de informar o que está sendo feito, pelas autoridades da área da saúde para debelar o problema, ainda assim, esse repórter poderá não apresentar, por exemplo, uma postura mais crítica diante da questão, sobretudo em relação às autoridades, simplesmente porque não tinha aquelas informações de dez anos atrás sobre o



fato epidemia/tuberculose. O olhar e a abordagem que ele daria a sua reportagem, provavelmente, seria diferente se ele tivesse tais informações. É possível até que essa abordagem mais crítica, não realizada pelo repórter, viesse a ser cobrada pela própria chefia de reportagem ou editoria.

É claro que um jornalista deve ter a responsabilidade, e mesmo a obrigação, de se informar da melhor maneira possível sobre os acontecimentos que se desenrolam em sua volta e, sobretudo, sobre acontecimentos que ele poderá vir a representar num signo notícia. Mas não se pode esquecer, também, que o repórter de televisão, em geral, não é um especialista ou cobre apenas uma editoria específica, a exemplo do jornalista de impresso. Na televisão o repórter pode fazer uma matéria para o telejornal de hoje sobre política, amanhã sobre uma exposição numa galeria de arte, e depois uma reportagem sobre a epidemia de tuberculose. Por vezes, essa diversidade de temas acontece no mesmo dia, é muito comum um repórter e um cinegrafista de televisão produzirem mais de uma reportagem numa mesma jornada de trabalho. Ou seja, é quase irracional pensar que eles, isoladamente, irão ter o domínio de todas as informações, sobre todos os assuntos em evidência e, conseqüentemente, possíveis notícias. Nesse ponto, o trabalho coletivo e o compartilhamento das informações por esse coletivo são fundamentais.

Os documentos produzidos numa redação podem apontar, por exemplo, a necessidade de maiores esclarecimentos numa pauta, num texto do próprio repórter, numa nota produzida pela editoria, ou ainda nas imagens gravadas pelo cinegrafista.

Contudo, o interesse informativo potencial de um acontecimento não depende apenas dos profissionais envolvidos na produção do telejornal, ela depende, também, do sentido que pode ter esse fato para o telespectador e depende, também, dos laços que possam ser estabelecidos entre este e o próprio acontecimento, ou seja, diante de experiências colaterais compartilhadas, a possibilidade do intérprete compreender e interessar-se por esta notícia será maior. O telejornalismo, como no jornalismo de um modo geral, depende de uma certa cumplicidade entre os signos notícias por ele elaborado e o público receptor. Mas nem sempre essa cumplicidade ocorre de forma tranqüila e a comunicação fracassa. Por isso, é bom não perder de vista que, do mesmo modo que a experiência colateral pode ajudar o intérprete no processo comunicativo e, assim, na possibilidade de alimentação da semiose, ela pode, também, atuar de forma contrária, conturbada. Caso não sejam devidamente explicitados os

elementos envolvidos no signo. Basta existirem signos que, a princípio, revelem-se muito parecidos ou invoquem alguma semelhança.

Tomemos como exemplo um recurso do jornalismo impresso: as manchetes de jornais, que na busca pela economia de signos, apresentam o máximo de informação utilizando o mínimo de representações gráficas. Tal economia, aliada a uma experiência colateral, pode provocar alguns erros de interpretação. Imagine uma manchete na página de polícia de um jornal que estampe o seguinte: “FHC estupra menina de 5 anos”. Muita gente, certamente, tomaria um grande susto, fazendo uma ligação das iniciais FHC, ao ex-presidente, Fernando Henrique Cardoso, uma vez que é com este signo que os jornais, normalmente, o identificam, e que a população de leitores também já está familiarizada. Contudo, lendo com mais atenção o interior da matéria, o leitor logo poderia descobrir o erro na interpretação e desfazer o engano, a notícia na verdade poderia ser a seguinte: “o menor FHC (Francisco Hélio Costa), de 15 anos, é acusado de violentar a menor de 5 anos, BB.” (em outros tempos, sobretudo num jornal sobre cinema e, claro, não exibindo a informação de que se trata de uma menor, o signo BB também poderia ser confundido com a sigla da atriz francesa, Brigitte Bardot).

Enganos desse tipo no processo interpretativo, em geral, não é consequência de um interpretante equivocado e sim de uma interpretação equivocada. “O conteúdo objetivo de uma interpretação equivocada é um interpretante que está de um modo ou de outro, sendo construído erroneamente na interpretação, considerando-se sua relação com o signo e ou seu objeto” (Ransdell, *apud*:Santaella:1995:27).

Isso leva a entender porque Savan (1977) põe ênfase na questão do contexto do signo, para compreender algumas informações sobre o objeto que o signo, sozinho, não consegue representar, é importante observar o contexto em que o signo está inserido. Além de Savan, Jonhansen (1993) considera igualmente importante compreender o(s) objeto(s) que determina(m) o(s) signo(s), a partir do contexto que ele se refere como sendo “universo do discurso”, por isso mesmo, Jonhansen destaca a necessidade de se ter o conhecimento de uma outra experiência, além da intermediação do próprio signo, para poder entender e identificar o universo do discurso. A Experiência Colateral significará ou implicará, ainda, a tentativa de diminuição da vagueza do signo e, como consequência, da sua vocação para a falibilidade, como adverte Peirce,



a experiência é nossa única mestra. Longe de mim está enunciar qualquer doutrina de uma tabula rasa...o que a experiência gradualmente faz é, e por uma espécie de fracionamento, precipitar e filtrar as falsas idéias, eliminando-as e deixando a verdade verter em sua corrente vigorosa. (Peirce, 1992, CP 5.50).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BETTETINI, Gianfranco. *La Conversación Audiovisual*. Madri: Cátedra, 1996.
- COELHO NETO, J. Teixeira. *Semiótica, Informação e Comunicação*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- DEELEY, Jonh. *Semiótica Básica*. Tradução Júlio C. M. Pinto. São Paulo: Ática, 1990.
- HENN, Ronaldo. *Pauta e Notícia..* Canoas: Ulbra, 1996.
- JOHANSEN, J.D. *Dialogic semiosis: an essay on signs and meaning*. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Prolegomena to a semiotic theory of text interpretation”. *Semiótica*, 57(3/4)225-288).
- MARRONE, Gianfranco . *Estética del telegiornale*. Roma: Meltemi, 1998.
- PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Collected Papers (1-0)*. CD-Room Data Base - InteleX Corporation.
- RANSDELL, Joseph (1977). Some Leading Ideas of Peirce’s Semiotic. *Semiotica*. New York: Mouton Publishers, 1998. nº 19 (3-4) pp. 157-178.
- REQUENA, Jesus Gonzalez. *El Discurso Televisivo: espectáculo de la Posmodernidad*. Madrid: Catedra, 1995.
- SANTAELLA, Lúcia. *A Teoria Geral dos Signos - Semiose e Autogeração*. São Paulo: Ática, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Cultura das Mídias*. São Paulo: Experimento, 1996.
- \_\_\_\_\_. SAVAN, David. Questions Concerning Certain Classifications Claimed for Signs. In: *Semiotica*, New York, Mouton Publishers, 1995. nº 21, pp. 179-198.
- \_\_\_\_\_. Introduction to C. S. Peirce’s full system of semiotic. Toronto: Toronto Semiotic Circle, 1, 1976
- \_\_\_\_\_. SERSON, Breno. *Introdução à Semiótica*. São Paulo: Cadernos de Leituras e Bibliografias do Curso de Semiótica Peirceana, do COS-PUC, 1997.